

Quarta-feira, 27 de Maio de 2026



# Diário Oficial Cesário Lange

## Sumário

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE - SP</b>	<b>2</b>
.....	
Licitações - Extrato de Ato de Autorização e Ratificação	2
.....	
Licitações - Extrato de Contrato	3
.....	
Reurb - Decisão de Instauração	4
.....	

MAIO DE 2026

## Diário Oficial

Edição nº XCV/2026

## EXPEDIENTE

O Diário Oficial de Cesário Lange é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Cesário Lange.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Cesário Lange poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:  
<https://ecriediariooficial.com.br/cesariolange>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

### Prefeitura Municipal de Cesário Lange

CNPJ: 46.634.572/0001-23

Endereço: Praça Pe. Adolfo Testa, 651 - Centro. Cesário Lange/SP

Telefone: (15) 3246 - 8600

Site: <https://www.cesariolange.sp.gov.br>

### Câmara Municipal de Cesário Lange

CNPJ: 54.329.545/0001-75

Endereço: Avenida 3 de Maio, 1368 - Centro. Cesário Lange/SP

Telefone: (15) 3246-1213

Site:

<https://www.camaracesariolange.sp.gov.br>

**EXTRATO DO ATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE / SP

**ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026****Processo Administrativo nº:** 320/2026**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços técnicos de consultoria voltados à elaboração do Diagnóstico Municipal da Criança e do Adolescente.**Contratado:** Pílulas do ECA (CNPJ: 29.735.562/0001-65).**Valor:** R\$ 32.000,00 (trinta de dois mil reais).**Fundamentação Legal:** Artigo 74, inciso III, alínea "a" (serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual) da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com as disposições do Decreto Municipal nº 5.661/2025.

Autorização e Ratificação: Nos termos das competências delegadas e normativas vigentes, AUTORIZO e RATIFICO a presente contratação direta por inviabilidade de competição.

Cesário Lange, 26 de maio de 2026.

Ramiro de Campos – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE / SP

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026**

**Contratante:** Município de Cesário Lange / SP.

**Contratado:** Pílulas do ECA (CNPJ: 29.735.562/0001-65).

**Objeto:** Prestação de serviço técnico especializado de consultoria para a confecção do Diagnóstico Situacional de Crianças e Adolescentes no âmbito municipal.

**Valor Total:** R\$ 32.000,00 (trinta de dois mil reais).

**Vigência:** 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

**Dotação Orçamentária:** Ficha: 411 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente; Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

**Data de Assinatura:** 26 de maio de 2026.

**DECISÃO INSTAURANDO A REURB****Processo administrativo nº 1558/2025****Requerente:** Dirceu Bomilio de Almeida

Foi protocolado nesta Prefeitura requerimento de instauração de processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb, conforme a Lei nº 13.465/17, do “núcleo urbano informal consolidado”, denominado “Núcleo Bomilio”, localizado na Rua Vereador Domingos Leite. Após a manifestação dos órgãos técnicos desta Prefeitura, concluímos que:

a) trata-se de 'núcleo urbano informal consolidado', nos termos do artigo 11, incisos I, II e III, da Lei nº 13.465/17. Restou provado que o local configura assentamento humano com características urbanas, constituído por unidades de área inferior à fração mínima de parcelamento (Lei nº 5.868/72). A informalidade decorre do parcelamento realizado sem o conhecimento ou consentimento da Prefeitura, o que inviabilizou a titulação dos ocupantes, independentemente da propriedade do solo ou de sua inscrição como área rural.;

b) restou inicialmente comprovado a inexistência de decisão judicial específica que impeça a análise, aprovação e registro do projeto de regularização fundiária urbana, conforme o artigo 74, da Lei nº 13.465/17;

c) o “núcleo urbano informal consolidado” teve início de sua implantação em meados de 2011, sendo, portanto, anterior a 22/12/16 para fins de “legitimação fundiária”, “doação”, “venda direta aos ocupantes”, “concessão de uso especial para fins de moradia” ou “autorização de uso”;

d) ficou demonstrado após apresentação de declarações de renda familiar que o “núcleo urbano informal consolidado” é ocupado por população predominantemente de renda abaixo de 5 (cinco) salários-mínimos, delimitado pelo Parágrafo único do Art. 6º do Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018, qualificando a regularização como de interesse social - Reurb-S, segundo o artigo 13, I, da Lei nº 13.465/17;

e) sendo um núcleo de características urbanas, próximo a equipamentos públicos já existentes, tratando-se de uma população já atendida pela maioria da infraestrutura pública essencial conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 2065/25, havendo necessidade da conclusão da infraestrutura essencial para garantia da saúde e dignidade dos ocupantes, reconheço o “interesse público” na regularização deste núcleo.

Nestes termos e na forma do artigo 32, da Lei nº 13.465/17, DECIDO autorizar a instauração do processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb e classifico e fixo o “núcleo urbano informal consolidado” declarando-o na categoria Reurb-S (regularização de interesse social).

Cesário Lange, 27 de maio de 2026.

Priscila Sicari Alves  
Engenheira Civil